



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

CAMPUS AVANÇADO GUARAMIRANGA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
TÉCNICA EM AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS**

Guaramiranga, 2023

Reitor

José Wally de Mendonça Menezes

Pró-reitora de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-reitora de Extensão

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Diretor do Centro de Referência em Educação a Distância

Igor de Moraes Paim

Diretora-Geral do Campus Avançado Guaramiranga

Francisca Lúcia Sousa de Aguiar

Coordenadora de Ensino do Campus Avançado Guaramiranga

Jaciara de Barros Brasil

Coordenadora de Pesquisa do e Extensão do Campus Avançado Guaramiranga

Leandro Bezerra Marinho

Coordenadora de Núcleo (NTEAD)

Amanda Conrado Pereira

Coordenador do curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas

Thiago Costa Holanda

Colegiado do curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas

Thiago Costa Holanda –*Coordenador do curso*

Bruna Maria Rodrigues de Freitas - *Representante docente*

Jaciara de Barros Brasil - *Representante docente*

Nágela Silva Rodrigues - *Pedagoga*

Ana Paula da Cruz Teixeira Freire - *Auxiliar de Biblioteca*

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	09
1. APRESENTAÇÃO	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	12
3. JUSTIFICATIVA	16
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	19
4.1. NORMATIVAS NACIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS	19
4.2. NORMATIVAS INSTITUCIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS	20
4.3. NORMATIVAS NACIONAIS PARA CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	20
5. OBJETIVOS	21
5.1. OBJETIVO GERAL	21
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
6. FORMAS DE INGRESSO	21
7. ÁREAS DE ATUAÇÃO	22
8. PERFIL DO EGRESSO	23
9. METODOLOGIA	23
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25
11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	27
12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.	27
13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI NO ÂMBITO DO CURSO.	27
14. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	27
15. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	30
16. PRODUTO EDUCACIONAL	30
17. EMISSÃO DE DIPLOMA	32
18. APOIO AO DISCENTE	32

19. CORPO DOCENTE	34
20. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	37
21. INFRAESTRUTURA	38
22. REFERÊNCIAS	40
23. ANEXOS	44
23.1. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - PUD	44

DADOS DO CURSO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

DADOS DA SEDE ADMINISTRATIVA DO IFCE

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	
CNPJ: 10.744.098/0001-45	
Endereço: Av. Jorge Dumar, 1703	
Cidade: Fortaleza	UF: CE Fone: (85) 3401.2300
E-mail: reitoria@ifce.edu.br	Página institucional na internet: www.ifce.edu.br e http://ead.ifce.edu.br

DADOS DO CAMPUS

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Guaramiranga		
CNPJ: 10.744.098/0025-12		
Endereço: Rua Coronel Francisco de Matos Brito, 203 - Centro. Guaramiranga, CEP: 60766-000		
Cidade: Guaramiranga	UF: CE	Fone: (85) 3401-2224
E-mail: coen.guaramiranga@ifce.edu.br	Página institucional na internet: https://ifce.edu.br/guaramiranga	

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação	Curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas
Titulação conferida	Especialista Técnico em Agente de Informações Turísticas
Nível	Médio
Forma de articulação com o Ensino Médio	() Integrada () Concomitante () Subsequente (x) Especialização Técnica
Modalidade	(x) Presencial

	<input type="checkbox"/> A distância, institucionalizado <input type="checkbox"/> A distância, através de programa de ensino
Polos de EaD institucionalizados	Guaramiranga
Duração	<input checked="" type="checkbox"/> semestres <input type="checkbox"/> anos
Periodicidade da oferta	<input checked="" type="checkbox"/> semestral <input type="checkbox"/> anual
Formas de Ingresso	<input checked="" type="checkbox"/> Processo Seletivo <input type="checkbox"/> Sisu <input type="checkbox"/> Vestibular <input type="checkbox"/> Transferência <input type="checkbox"/> Diplomado
Número de vagas anuais	50 vagas
Turno de funcionamento	<input checked="" type="checkbox"/> matutino <input checked="" type="checkbox"/> vespertino <input type="checkbox"/> noturno <input type="checkbox"/> integral <input type="checkbox"/> não se aplica
Ano e semestre do início do funcionamento	2023.2
Informações sobre carga horária do curso	
Carga horária total dos componentes curriculares (disciplinas)	280 h/a
Carga Horária presencial e a distância	Presencial: 224H A distância: 56H
Percentual de carga horária presencial e a distância	Presencial: 80% A distância: 20%
Carga horária do estágio supervisionado	-
Carga horária total da prática profissional supervisionada no curso	40H
Carga horária total do Produto Educacional	20H
Carga horária total do curso	1. Comunicação e Oratória 2. Aspectos Legais do Guiamento 3. Fundamentos de Turismo, Hospitalidade e Lazer 4. Técnicas de Lazer e Recreação 5. Liderança e Mediação 6. Segurança e Primeiros Socorros 7. Ética e Etiqueta Profissional 8. Tecnologia da Informação e Comunicação 9. Atrativos Turísticos Culturais e Naturais

	10. Empreendedorismo e Inovação 11. Inglês Aplicado ao Turismo 12. Prática Profissional Supervisionada 13. Produto Educacional TOTAL: 280hs
Sistema de carga horária	Créditos (01 crédito = 20 horas)
Duração da hora-aula	1 hora/aula = 1 hora relógio

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, firmado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, tem sua criação desde o ano de 1909, quando instituída a primeira Escola de Aprendizes e Artífices no estado do Ceará pelo Decreto nº 7.566/1909 (BRASIL, 1909). A sua existência centenária remete à sua missão real importância e fundamentação nas demandas educacional, social, profissional, cultural e política do estado cearense.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar a visão, a missão e os valores dessa instituição para que se perceba a sua importância enquanto entidade de ensino inclusivo e qualitativo. A sua visão é a de tornar-se uma instituição de padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia. Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética, é a missão dessa instituição.

Além disso, nas suas atividades, o IFCE apresenta como valores o compromisso ético com a responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

Diante disso, o presente documento apresenta o projeto pedagógico do **Curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas**, delimitado a partir das projeções e valores firmados por esta instituição, atentando aos documentos e legislações pertinentes à criação de cursos técnicos subsequentes nas Instituições Federais.

A elaboração desse projeto pedagógico teve como primeiro procedimento metodológico a pesquisa documental das leis, decretos e resoluções acerca da criação e oferta de cursos técnicos pelas Instituições Federais. Com isso, delimitou-se a base pedagógica e normativa para o curso a ser ofertado.

Neste cenário, o curso poderá contribuir com a formação profissional para os segmentos turísticos da região. Além disso, a elaboração desta Proposta Pedagógica contou com a participação de equipe multidisciplinar profissionais das diversas áreas de conhecimento e da equipe pedagógica, buscando atender os anseios da região ao capacitar profissionais com formação humana, visão crítica da realidade pautada em princípios e valores éticos, competência técnica e compromisso com as mudanças da sociedade numa perspectiva da igualdade e justiça social.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Em meados dos anos de 1900, o então presidente Nilo Peçanha, criou mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909), as Escolas de Aprendizes Artífices, inspirado nas escolas vocacionais da França. De acordo com este Decreto, as Escolas de Aprendizes Artífices tinham como objetivo facilitar a formação das classes proletárias, permitindo aos filhos dos desfavorecidos de fortuna o preparo técnico e intelectual na aquisição de hábitos profissionais, retirando-os do mundo do crime e da violência.

Anos mais tarde, o processo de industrialização que desapontou no Brasil, pós-segunda Guerra Mundial, traz nos anos de 1940 mudanças às Escolas de Aprendizes Artífices. As escolas até então pensadas no objetivo maior das artes e ofícios, agora são repensadas a partir das demandas e exigências do mercado industrial brasileiro. A educação se vincula à economia como forma de contribuir com a progressiva modernização do país.

Nesse contexto, em 1941 é fundada na cidade de Fortaleza/CE a Escola Industrial de Fortaleza, substituindo a Escola de Aprendizes Artífices de Fortaleza/CE. Os anos de 1950 trouxeram ao processo de industrialização tecnologias e demandas de mão de obra especializada para operar esses novos mecanismos industriais. Diante disso, a Lei nº. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 (BRASIL, 1959) traz à Escola Industrial de Fortaleza autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, tornando-a autarquia federal com a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Com isso, em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará. A Escola Técnica tinha como característica principal a

oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

As constantes mudanças no cenário econômico brasileiro trouxeram nova mudança a estas escolas. Já no final dos anos de 1970, se considerou um novo modelo institucional às Escolas Técnicas Federais, agora denominadas de Centros Federais de Educação Tecnológica, foram primeiro instauradas nos estados do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No estado do Ceará, a Escola Técnica Federal é denominada Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, no ano de 1994, mediante a publicação da Lei nº. 8.948, de 08 de dezembro de 1994 (BRASIL, 1994). Mas, é apenas em 1999 que efetivamente começa a funcionar com tal nomenclatura e missão institucional diferenciada. Dessa forma, os CEFETs passam a atuar no tripé ensino, pesquisa e extensão. Promovendo maiores avanços na educação profissional e no compromisso tecnológico e científico da educação brasileira.

As políticas educacionais firmadas nos anos 2000 foram expressões do Plano Nacional de Educação – PNE aprovado pela Lei nº. 10.172 de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), que articula, dentre outras metas: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do país. No entanto, foi no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE apresentado em abril de 2007 (BRASIL, 2007), que estas políticas foram melhor articuladas a partir de quatro eixos de ação: educação básica, ensino superior, alfabetização e educação continuada e ensino profissional e tecnológico.

A Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) traz a implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, fortalecendo a educação profissional e tecnológica em todos os estados e municípios do país, expandindo a oferta dessa educação e sua articulação com o ensino médio, e em especial com a oferta de educação de jovens e adultos. Com esta lei, os CEFETs deram lugar aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Equiparados às universidades federais, segundo o art. 2º, § 3º, da Lei nº. 11.892/2008 (BRASIL, 2008), os Institutos Federais têm autonomia para criar e extinguir cursos nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu

Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica, o que consolida a sua autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e curricular.

Em 2021, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica já é composta por mais de 670 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.

Atualmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE dispõe de 34 *campi* distribuídos em todas as regiões do estado.

Sendo uma instituição que se preocupa com uma educação inclusiva e de qualidade, o IFCE visa oferecer ensino, pesquisa e extensão de excelência em Ciência e Tecnologia em todos os municípios cearenses. Resgatando as demandas locais e regionais, as implantações dos *campi* o são mediante a articulação com as prefeituras municipais e comunidade em detrimento de suas demandas sociais, econômicas e educacionais acerca da oferta de cursos superiores e técnicos do instituto.

Dessa forma, a expansão dos *campi* do IFCE considera as finalidades dos Institutos Federais ressaltando a preocupação com a inclusão socioeconômica de cada região do estado, bem como, a prevenção ao êxodo dos jovens estudantes para a capital e a descentralização da oferta de educação profissional e tecnológica. Estimulando o desenvolvimento e crescimento socioeconômico, científico e tecnológico daquela região.

Presente em todas as regiões do estado cearense, o IFCE atendeu em 2020 cerca de 37.847 estudantes, por meio da oferta de cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presencial e a distância. Além disso, são oferecidos cursos superiores tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, além de cursos de pós-graduação, mais precisamente, especialização e mestrado.

Parcerias como a do governo do Estado, permitem oferecer outras ações voltadas à formação profissional no IFCE, como os Centros de Inclusão Digital – CID e os Núcleos de Informação Tecnológica – NIT que asseguram a inclusão da população interiorana aos meios tecnológicos de comunicação e informação. Outros programas são parceiros do IFCE no tocante a oferta de cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional para não docentes, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil) e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (pró-funcionário).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, gozando de autonomia pedagógica, administrativa e financeira. O

IFCE foi criado a partir da fusão entre Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) e Escola Agrotécnica Federal (EAF), regulamentado por meio da Lei 11.892/2008. Oferece cursos regulares de formação técnica, cursos superiores tecnológicos, licenciaturas, bacharelados e pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.

A implantação do IFCE no interior do Estado atende a meta do programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e à própria natureza dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no que diz respeito à descentralização da oferta de qualificação profissional, levando em conta as necessidades socioeconômicas de cada região e ainda o propósito de evitar o êxodo de jovens estudantes para a capital.

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

VISÃO

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.

VALORES

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

O IFCE Campus Guaramiranga, localizado na região do maciço de Baturité, na cidade de Guaramiranga, foi inaugurado em 2014 ofertando cursos de Formação Inicial e Continuada, tendo iniciado a oferta de cursos técnicos, efetivamente, em 2015, com o curso Técnico em Hospedagem. Em 1999, por meio da Lei Federal nº 8.948, a Escola Técnica Federal do Ceará transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Regulamentada pela lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, ocorreu a

fusão entre Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e as Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), criando assim, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Atualmente o IFCE Campus Guaramiranga possui os cursos de Técnico em Hospedagem, Técnico em Restaurante e Bar e Técnico em Manutenção e Suporte de Informática., Técnico em Administração (EAD) e cursos FIC relacionados com aprendizado musical e Segurança do Trabalho.

3. JUSTIFICATIVA PARA A OFERTA DO CURSO

O projeto pedagógico do curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados na LDB (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referências curriculares que normatizam a educação profissional no sistema educacional brasileiro, bem como nos documentos que versam sobre a integralização deste nível de ensino que tem como pressuposto a formação integral do profissional-cidadão. Além disso, também se passa na Resolução N° 7, de 14 de fevereiro de 2022, que regulamenta os cursos de Especialização Técnica de Nível Médio do IFCE.

Este projeto tem como marco orientador atingir o cumprimento dos objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e a compreensão da educação como uma prática social. Essas orientações se materializam na função social do IFCE de proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Ceará por meio da formação pessoal e qualificação profissional. A Instituição busca contribuir na formação desse profissional para que tenha condições de atuar no mundo do trabalho na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, o IFCE, através de seus cursos, visa proporcionar à comunidade estratégias de inclusão para o setor produtivo, preocupando-se em associar a competência às noções de empregabilidade e de laboralidade.

Para tanto, faz-se necessário discorrer sobre as transformações ocorridas, mais fortemente no final da década de 1990, que acarretaram mudanças no modo de produção e nas relações de trabalho. Essas transformações promoveram a integralização de quase todos os países, facilitando o intercâmbio de mercadorias e pessoas, o que tornou o turismo uma das atividades mais rentáveis do mundo.

Com efeito, o contexto ambiental se expande, se globaliza e estabelece novas demandas sociais e de mercado, novas formas de gestão e novas relações de trabalho, demandando um novo perfil profissional. O avanço do conhecimento e das tecnologias passa a exigir um novo direcionamento. Esses fatores

mobilizam a dimensão político-econômica e acarretam mudanças no perfil dos consumidores, no ciclo de vida dos produtos e no mercado de trabalho (CEFET-RN, 2005).

Fatores como a globalização dos mercados, as novas estruturas no padrão de relacionamento econômico entre as nações, a migração da produção para outros mercados, a diversificação e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e a formação de blocos econômicos regionais, a busca de eficiência e de competitividade industrial através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho são, entre outras, evidências das transformações estruturais que configuram a dimensão econômica da globalização.

Surge, então, uma nova configuração que exige um profissional mais flexível, capaz de se adequar aos imprevistos advindos do ambiente mutável e que tenha um conhecimento amplo e contextualizado da realidade. Para alcançar esse desafio, as instituições de educação profissional, particularmente, necessitam reestruturar suas práticas a fim de atender às exigências do mercado e retroalimentá-lo.

Nesse contexto, é mister explicitar que Guaramiranga é um município do estado do Ceará, localizado na região serrana, fazendo parte da microrregião de Baturité e mesorregião do Norte Cearense, a 110 km da capital do estado, Fortaleza, com uma área de 59.471 km², elevação de 885m e uma população de 4.164 (IBGE, 2010/IPECE, 2015). Instalada em área de preservação ambiental da mata atlântica, onde predomina uma vegetação exuberante e fauna diversificada, principalmente aves, e importantes construções históricas concentradas na sede do município. Cidade natal de ilustres como o cientista Fernando de Mendonça, um dos pais do Programa Espacial Brasileiro, que trabalhou como representante do Brasil junto a NASA e foi o primeiro diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), além de terra natal também do jurista José Linhares, primeiro cearense presidente do Brasil.

As temperaturas são sempre amenas, geralmente entre 16 e 25° (no mês de julho a temperatura pode atingir 12°C, proporcionando um frio agradável). A riqueza natural e a vocação para a realização de eventos artísticos e culturais tornaram Guaramiranga um destino turístico conhecido nacional e internacionalmente. Encontra-se no município os seguintes atrativos turísticos naturais e históricos: Biblioteca Municipal Rui Barbosa; Teatrinho Rachel de Queiróz; Teatro Municipal Rachel de Queiróz; Convento dos Capuchinhos; Igreja de Nossa Senhora de Lourdes (Igreja da Gruta); Igreja de Nossa Senhora da Conceição; Capela de

Santa Terezinha; Igreja Nosso Senhor do Bonfim; Cachoeira do Urubu; Cachoeira da Veada; Cachoeira do São Paulo; Mirante da Linha da Serra e Pico alto.

Outras atrações de Guaramiranga, que na língua indígena quer dizer “pássaro vermelho”, são a nascente do Rio Pacoti e a Gruta da Natividade. A cidade possui ótimas pousadas e hotéis, que ficam com a ocupação plena durante o Carnaval e em setembro, quando são realizados, respectivamente, o Festival de Jazz/Blues e o Festival Nordeste de Teatro Amador.

Para os apreciadores da boa culinária, Guaramiranga dispõe de uma boa estrutura de bares e restaurantes, onde são servidos, além de um variado cardápio, doces, geleias e licores, produzidos localmente.

Com toda esta riqueza natural e cultural, Guaramiranga apresenta naturalmente um fluxo de visitantes, oriundos de várias cidades do próprio estado, como também de outras cidades brasileiras e até estrangeiros.

No entanto, percebe-se que não existe no município, profissionais prestando serviços de guiamento e de informações turísticas. Deficiência esta que muitas vezes compromete a estada do visitante e contribui para a construção de uma imagem negativa, que não corresponde com a realidade do lugar. Pois é da natureza do turista o desejo de conhecer os lugares lúdicos do destino visitado.

Segundo Dias (2005), o fluxo de pessoas em busca de novas vivências, experiências, e conhecimentos continua a crescer, incentivando o desenvolvimento do turismo em diversas regiões. As pessoas não conseguem produzir tudo que desejam consumir, e no mercado turístico esta relação não poderia ser diferente. Cada região apresenta particularidades, gerando produtos que não são encontrados em outros lugares, e sempre existem pessoas, em diferentes regiões, interessadas nestes produtos.

Motivados pelo clima ameno, pelas cachoeiras, as reservas ambientais, a gastronomia e a história do lugar, o turista ao chegar em Guaramiranga, que na grande maioria das vezes não estão inseridos em um pacote turístico, sente a necessidade de um assessoramento para conhecer e usufruir dos atrativos que o lugar oferece.

Para Beni (2007) é importante que se crie mecanismos que buscam inserir a comunidade local, na atividade turística de maneira positiva.

Nessa perspectiva, o IFCE - Campus Guaramiranga, propõe-se a oferecer o Curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, através da qualificação do capital intelectual na região. Neste sentido, haverá o entrosamento entre a escola e as organizações favorecendo a articulação entre os processos de ensino e aprendizagem, de forma a possibilitar nos discentes uma formação humana, conceitual e técnica, com a adoção de ações pedagógicas que favoreçam o elo entre a formação profissional e o contexto turístico da região.

O curso apresenta carga horária total de 280 horas, distribuídas em encontros de quatro horas, contemplando conteúdos nas seguintes áreas: Relações Interpessoais; Noções Básicas de Primeiros Socorros; Geografia Aplicada; História Aplicada; Manifestação da Cultura Popular e Teoria e Técnica Profissional.

A formação desenvolverá nos participantes competências e habilidades para atuarem como Agente de Informações Turísticas, prestando serviços de acompanhamento, informações e de assessoramento aos visitantes.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Eis as bases legais utilizadas para a construção deste documento:

4.1. NORMATIVAS NACIONAIS DE CURSOS TÉCNICOS

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências.
- Lei nº 11.741/2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de

2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CONSUP nº 7, de 14 de fevereiro de 2022 que aprova o Regulamento dos Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
- Resolução Nº2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno;
- Resolução Nº1, de 05 de janeiro de 2021, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT, quarta edição, conforme disposto na Resolução nº 02, de 15 de dezembro de 2020, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação;

4.2. NORMATIVAS INSTITUCIONAIS COMUNS AOS CURSOS TÉCNICOS

- Regulamento da Organização Didática do IFCE (ROD).
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (PDI).
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
- Resolução Nº 099, de 27 de setembro de 2017, que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE.
- Tabela de Perfil Docente.
- Resolução Consup nº 028, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Manual de Estágio do IFCE.
- Resolução Nº 05, de 29 de janeiro de 2018, do Conselho Superior do Instituto Federal do Ceará – Consup; e
- Projeto Político-Pedagógico Institucional do IFCE, aprovado pela Resolução Nº 46, de 28 de maio de 2018, do Conselho Superior do Instituto Federal do Ceará.
- Resolução CNE nº 01, de 05 de janeiro de 2021 que define as diretrizes curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

4.3 NORMATIVAS NACIONAIS PARA CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

Devem ser observadas as formas de oferta dos cursos, ao considerar as normativas listadas nesta seção.

- Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021 que define as diretrizes curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução CNE/CEB nº 02, de 15 de dezembro de 2020 que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências.
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. Objetivos Geral

Qualificar interessados para atuarem como Agentes de Informações Turísticas, prestando serviços de informações e assessoramento aos visitantes da região.

5.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- I. Proporcionar condições aos participantes de desenvolver uma atividade autônoma e a geração de renda.
- II. Despertar a conscientização ambiental no sentido do uso racional dos recursos paisagísticos.
- III. Proporcionar condições para a elaboração de roteiros turísticos a serem ofertados ao visitante.
- IV. Incentivar o trabalho em equipe e a postura crítica na interpretação de aspectos políticos, mercadológicos, econômicos, sociais e tecnológicos nos processos da gestão turística;
- V. Estimular o espírito criativo de forma a contribuir para a formação de profissionais capazes de auxiliar no desenvolvimento da região, por meio do conhecimento técnico, cidadão e ético.

6. FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao curso se dará por meio do Processo Seletivo público normatizado por edital, sob responsabilidade da Coordenação de Ensino do Campus Guaramiranga. Somente poderão ser admitidos nos cursos de especialização técnica de nível médio candidatos portadores de diplomas de cursos técnicos de nível médio, com registro no Sistec, ou cursos de graduação, que atendam às exigências previstas no presente PPC e nos respectivos editais de seleção.

Para o Curso de Especialização Técnica, o candidato deverá ter concluído o técnico de nível médio, e, para poder acompanhar a carga horária a distância, deve possuir computador e/ou dispositivos móveis com internet para acesso às aulas. Poderão contar ainda com a infraestrutura do campus para ter acesso à computador e internet. Serão ofertadas semestralmente 50 vagas. Faz-se necessário reforçar que o processo seletivo não exigirá dos candidatos competências e habilidades específicas do curso.

Para fins de garantir a participação nos cursos de especialização técnica de nível médio de egressos de cursos de ensino técnico de nível médio, os editais do IFCE preverão a reserva de no mínimo cinquenta por cento, em primeira chamada, do total das vagas ofertadas por curso/turno/campus para candidatos egressos de cursos de ensino técnico de nível médio.

É importante salientar que as vagas ofertadas no referido Processo Seletivo (unificado ou complementar), está em consonância com o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, e na Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação.

7. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A formação de especialização técnica em Agente de Informações Turística oportunizará a inserção dos interessados na cadeia produtiva do turismo local, sem a obrigatoriedade do vínculo empregatício, despertando nestes o desejo de iniciativas empreendedoras, além de contribuir para as melhorias na realidade social e econômica dos participantes.

O profissional será formado para agir de forma estratégica no segmento turístico, dotados de iniciativa, sociabilidade, capacidade de expressão e comunicação, habilidade de planejamento e organização, aptidão para relacionamento interpessoal, senso ético, postura cidadã e responsabilidade social.

A atuação do profissional técnico em administração será no âmbito das organizações locais de turismo, por meio de atuação livre e independente, promovendo o turismo local e regional.

8. PERFIL DO EGRESSO

O perfil de egresso do aluno do curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas, referencia-se nas orientações estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2022). Assim, o concludente deverá estar apto às seguintes atribuições profissionais:

- Planejar e organizar a execução de roteiros e itinerários turísticos.
- Conduzir e orientar visitantes na realização de traslados, passeios, visitas e viagens.
- Prestar informações turísticas no contexto local, regional e nacional.
- Intermediar as relações entre visitantes, comunidade e prestadores de serviços turísticos.
- Prestar assistência aos visitantes durante a realização dos roteiros e itinerários turísticos.

O egresso será habilitado profissionalmente para compreender e acompanhar as constantes e contínuas mudanças que ocorrem no mercado de trabalho. Estes profissionais deverão ser responsáveis e comprometidos com os princípios da ética, da sustentabilidade ambiental, do desenvolvimento social e com a qualidade técnica de seu trabalho.

9. METODOLOGIA

Para alcançar o principal objetivo do projeto, que é a qualificação de pessoas para atuarem como Agente de Informações Turísticas, o curso será ministrado pelos professores do IFCE campus Guaramiranga, do eixo Turismo e Hospitalidade, além de professores e outros profissionais convidados de diferentes áreas. A capacitação que será trabalhada por módulos, de acordo com as áreas apresentadas posteriormente neste projeto, terá uma carga horária total de 280 horas/aula.

Para a composição do quadro de instrutores que ministrarão os módulos do curso, o coordenador do curso convidará profissionais de pública e notória competência, de acordo com cada módulo ministrado.

Ficando a cargo do coordenador o convite e as providências necessárias para viabilizar a participação dos profissionais convidados.

A respeito da carga horária presencial, as atividades serão realizadas no campus com a participação dos alunos e do professor da respectiva unidade curricular. Esses encontros servirão para apresentar as disciplinas, introduzir e construir novos conhecimentos, dar orientações gerais, realizar as atividades propostas, propiciar a troca de experiências entre discentes e docentes, sanar dúvidas e dificuldades dos alunos e avaliar os resultados.

O plano de realização das atividades presenciais deverá ser formalizado e publicado no Ambiente Virtual para ciência e acompanhamento dos estudantes. As atividades presenciais definidas pelo professor do componente curricular e/ou coordenador do curso serão acompanhadas principalmente pelo professor. Serão contabilizadas como atividade presencial: avaliação do estudante, atividades destinadas a laboratório, aula de campo, atividades em grupo de estudo, visitas técnicas e viagens de estudo, prática profissional integrada, dentre outras previstas no planejamento do curso desde que estas tenham sido definidas pelo professor ou coordenador.

Com relação a carga horária à distância, a interação entre alunos e professor ocorrerá através do Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA). É nele que serão disponibilizados os materiais didáticos, que podem ser: livros, apostilas, vídeo aulas e videoconferência entre outros recursos. Os momentos não presenciais possibilitam ao cursista acessar os conteúdos e as informações relativas às disciplinas do curso e ainda aproveitar o potencial pedagógico do ambiente virtual. O processo pedagógico torna-se dinâmico e interativo, em razão da troca de mensagens, da oferta de materiais complementares de estudo, da participação em bate-papo e em fóruns de discussão, além da troca de questionamentos e orientações.

A Prática Profissional Supervisionada, por sua vez, será desenvolvida presencialmente de forma síncrona e nos momentos presenciais.

9.1 O Ambiente Virtual de Aprendizagem (Ava)

No tocante ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o curso será ofertado no ambiente Moodle, plataforma de EAD utilizada oficialmente nos cursos do IFCE. O Moodle permite realizar um processo de gestão democrática e participativa, com controle e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, além de oferecer um conjunto de ferramentas que permitem a criação e o gerenciamento de cursos à distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo,

numa única plataforma, possibilidades de acesso online ao conteúdo de cursos.

O conteúdo do curso será desenvolvido pelos professores, com postagem de materiais de leitura e atividades ou tarefas a serem desenvolvidas na modalidade a distância. O material didático poderá ser criado pelo professor da respectiva disciplina ou poderão ser disponibilizados materiais de domínio livre.

Todo o material didático correspondente às disciplinas do curso será acompanhado de um Plano de Disciplina, disponível no AVA. No Plano, o aluno encontrará orientações sobre:

- a) Conteúdo da disciplina;
- b) Tempo mínimo necessário dedicado ao estudo;
- c) Previsão dos momentos presenciais;
- d) Cronograma da realização das avaliações;
- e) Critérios de aprovação.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas procura estabelecer eixos temáticos que dará aos profissionais uma visão holística do mercado e capacitarão os egressos para uma atuação profissional efetiva e capaz. Além disso, o curso fornecerá conhecimentos nas áreas de relações interpessoais, para que tenham uma postura ética e profissional condizente às suas atribuições, além de conhecimentos gerais sobre a história, geografia e as manifestações da cultura popular, e a indispensável teoria e técnicas profissional, que são de considerável importância, porque contribuirá para a qualidade e desenvolvimento da atividade turística no município, que apresenta uma demanda natural de visitantes, principalmente nos finais de semana e feriados prolongados.

A organização curricular do curso observa as determinações presentes na Resolução No 7, de 14 de fevereiro de 2022, que Aprova o Regulamento dos Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A integralização dos estudos se dará em sistema de créditos, correspondendo cada crédito à quantidade de horas-aula adotado institucionalmente nos demais cursos do IFCE.

A proposta pedagógica do curso está organizada numa base diversificada que favorece a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do

trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

A organização curricular do curso segue as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico Institucional. Além disso, o curso terá 80% da sua carga horária destinada a atividades presenciais, e 20% com carga horária a distância.

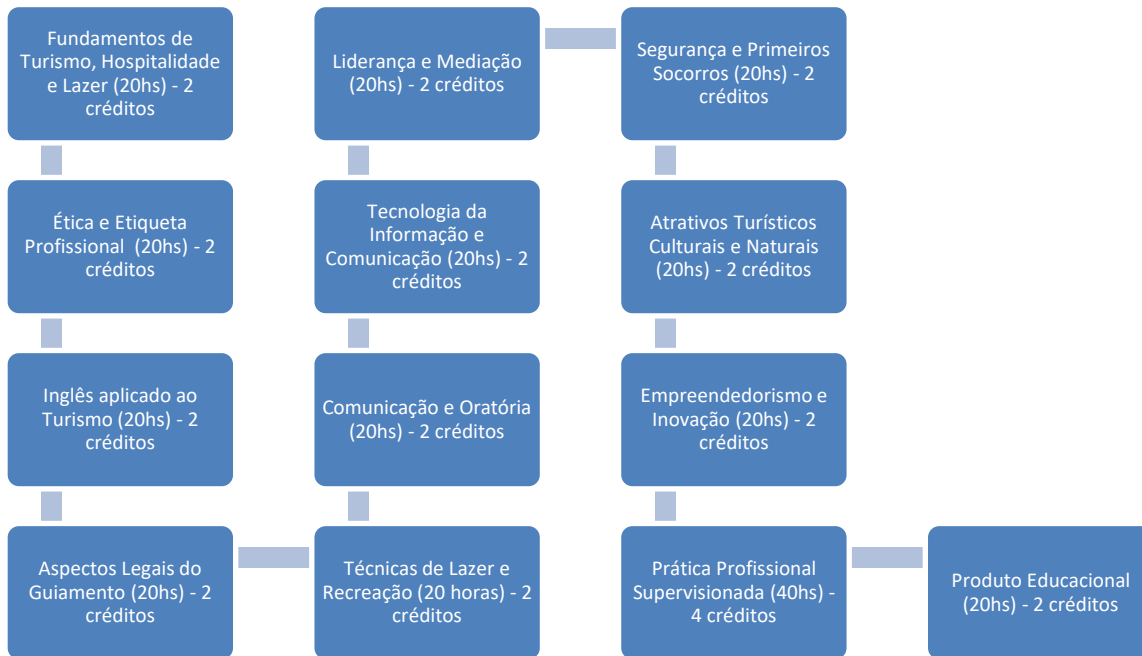
10.1 Matriz Curricular

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime modular e com uma carga-horária total de 280 horas-aula destinadas às disciplinas de bases tecnológica, sendo 224 horas de atividades presencial e 56 horas de atividades a distância. O curso ainda inclui 40 horas de carga horária total da prática profissional supervisionada no curso.

As disciplinas que compõem a matriz curricular estão articuladas entre si, fundamentadas nos conceitos de interdisciplinaridade e de contextualização. Orientam-se pelo perfil profissional de conclusão estabelecidos neste Projeto Pedagógico, ensejando a formação integrada que articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação específica, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos estudantes.

Disciplina	CH da disciplina	CH Prática	CH Teórica	CH Presencial	CH EAD	Pré-requisito	Crédito
Comunicação e Oratória	20hs	2h	18hs	16hs	4hs	-	2
Aspectos Legais do Guiamento	20hs	-	20hs	16hs	4hs	-	2
Fundamentos de Turismo, Hospitalidade e Lazer	20hs	2hs	18hs	16hs	4hs	-	2
Técnicas de Lazer e Recreação	20hs	10hs	10hs	16hs	4hs	-	2
Liderança e Mediação	20hs	-	20hs	16hs	4hs	-	2
Segurança e Primeiros Socorros	20hs	4hs	16hs	16hs	4hs	-	2
Ética e Etiqueta Profissional	20hs	2hs	18hs	16hs	4hs	-	2
Tecnologia da Informação e Comunicação	20hs	-	20hs	16hs	4hs	-	2
Atrativos Turísticos Culturais e Naturais	20hs	2hs	18hs	16hs	4hs	-	2
Empreendedorismo e Inovação	20hs	-	20hs	16hs	4hs	-	2
Inglês aplicado ao Turismo	20hs	4hs	16hs	16hs	4hs	-	2
Prática Profissional Supervisionada	40hs	40hs	-	32hs	8hs	-	4
Produto Educacional	20hs	10hs	10hs	16hs	4hs	-	2
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	280hs	76hs	204hs	224hs	56hs	-	28

O fluxograma do curso apresentará a estrutura apresentada abaixo. Porém, é tal fluxo de disciplinas deve se adequar a dinâmica administrativa do campus, podendo sofrer alterações que visem prover melhor organização do curso, sem prejuízo das suas respectivas cargas horárias.



11. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Entendendo-se que avaliar é o ato de acompanhar a construção do conhecimento do discente, a avaliação da aprendizagem pressupõe promover o aprendizado, favorecendo o progresso pessoal e a autonomia, num processo global, sistemático e participativo.

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, que, de forma integrada ao processo de ensino-aprendizagem, assuma as funções diagnóstica, formativa e somativa, utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos futuros profissionais, e que funcione como instrumento colaborador para verificação da aprendizagem, onde os aspectos qualitativos predominem sobre os quantitativos.

O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos programas dos componentes curriculares do **Curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas**. As estratégias

de avaliação da aprendizagem serão formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática de pesquisa, à reflexão, à criatividade e ao autodesenvolvimento. O aproveitamento acadêmico será avaliado por meio do acompanhamento contínuo do discente. A avaliação do desempenho acadêmico é feita por componente curricular.

Propõe-se que, além das avaliações individuais, o docente possa utilizar outras formas de avaliação como: Autoavaliação (o discente analisa seu desempenho e descreve seus avanços e dificuldades); Avaliações de diferentes formatos (desafiadores, cumulativos); Mapas conceituais (organização pictorial dos conceitos, onde são feitas conexões percebidas pelos discentes sobre um determinado assunto); Outros instrumentos avaliativos variados, incluindo-se preferencialmente avaliações não individualizadas, como: seminários, exposições, eventos acadêmicos diversos, coletânea de trabalhos, entre outros. Desde que zelem pela segurança e controle da frequência, confiabilidade e credibilidade dos resultados.

O foco das atenções deve estar muito mais no ensino exigente, competente e inteligente, baseado em princípios científicos e na compreensão da estrutura do conhecimento, além do processo de desenvolvimento das estruturas mentais do educando.

A sistemática de avaliação adotada no curso está de acordo com os preceitos estabelecidos no ROD (IFCE, 2017), a saber:

SEÇÃO I - DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EAD

A avaliação será um processo em andamento e contínuo, priorizando os elementos qualitativos em relação aos quantitativos e os resultados parciais em detrimento dos obtidos em exames finais, de acordo com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB 9.394/96. O processo avaliativo será guiado pelos objetivos delineados nos Programas de Unidade Didática (PUD's) do curso, com o objetivo de auxiliar continuamente na aprendizagem efetiva do aluno.

A avaliação do rendimento acadêmico é realizada por componente curricular, utilizando estratégias planejadas de tal forma que o aluno seja incentivado à prática de pesquisa, reflexão, criatividade e autodesenvolvimento. O aluno que não atingir a média mínima de aproveitamento semestral e sua frequência mínima correspondente no total de aulas e demais atividades programadas no semestre letivo será considerado reprovado na disciplina.

Levando em consideração que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos, práticas e atitudes, o processo avaliativo demanda uma variedade de instrumentos e técnicas de avaliação,

que devem estar diretamente relacionados ao contexto da área foco da educação profissional e serem utilizados de acordo com a natureza do que está sendo avaliado.

Pensando em uma combinação de ferramentas que possam melhor capturar as diversas dimensões dos domínios de competência (habilidades, conhecimentos gerais, atitudes e conhecimentos técnicos específicos), são validados alguns instrumentos e técnicas:

- Trabalhos de pesquisa/projetos – com o intuito de verificar as habilidades de definir objetivos a serem atingidos; caracterizar o que será trabalhado; prever resultados, escolher estratégias mais adequadas para resolver o problema; executar ações; avaliar essas ações e as condições de execução, seguir critérios pré-estabelecidos.

- Observação da resolução de problemas relacionados ao trabalho em situações semelhantes ou reais - com o objetivo de verificar indicadores que mostrem a aquisição de competências de acordo com os critérios de avaliação previamente estabelecidos.

- Análise de casos – buscando provocar um processo de pensamento, incentivar questionamentos, levantar e validar hipóteses.

- Provas escritas ou orais e práticas – com o objetivo de verificar a capacidade adquirida pelos alunos em relação aos conteúdos aprendidos, por exemplo: analisar, classificar, comparar, criticar, generalizar e levantar hipóteses, estabelecer relações com base em fatos, fenômenos, ideias e conceitos.

Com a transição do paradigma de "precisar saber" para "saber fazer" e "saber ser", pilares da educação e com a adoção de metodologias que estimulem a iniciativa, a participação e a interação dos alunos, o professor também deve considerar no processo de avaliação, os seguintes critérios:

- Capacidade de síntese, interpretação e análise crítica;
- Habilidade na leitura de códigos e linguagens;
- Rapidez na tomada de decisões;
- Postura cooperativa e ética;
- Raciocínio lógico-matemático;
- Raciocínio multirrelacional e interativo;
- Habilidade no uso de técnicas e ferramentas de trabalho;
- Capacidade de relacionar os conhecimentos adquiridos às práticas desenvolvidas;
- Capacidade de aplicar as competências desenvolvidas na resolução de novas situações, de forma crítica, eficiente e eficaz.

A nota terá característica quantitativa que incidirá dos aspectos qualitativos evidenciados na avaliação. Desse modo, a sua composição será acordada pelo docente da disciplina, evidenciando as médias parcial e final da seguinte forma:

Média parcial = nota da atividade solicitada pelo professor, que pode ser combinada em um ou mais avaliações, de preferência sendo presencial.

A aprovação ou reprovação no componente curricular será estimado pela média parcial e/ou média final e frequência. É condição para aprovação no componente curricular, frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, e média parcial igual ou superior a 6,0 (seis). Caso o discente apresente média parcial inferior a 6,0 (seis) e maior ou igual a 3,0 (três) poderá realizar a avaliação final. Desse modo, a média final proporcionará a aprovação do discente se igual ou maior que 5,0 (cinco) (IFCE, 2015, p. 27).

Para aqueles discentes que não atingirem desempenho satisfatório, poderão ser realizadas ações para a recuperação da aprendizagem.

SEÇÃO II - DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EAD

Art. 228. A sistemática de avaliação na EAD acontecerá nos cursos de nível técnico e superior, na modalidade semipresencial, observando-se as especificidades de cada nível de ensino.

Art. 229. O processo de avaliação deverá ser orientado pelos objetivos definidos nos planos de cursos, de acordo com cada nível de ensino ofertado nessa modalidade.

Art. 230. A avaliação da aprendizagem se realizará por meio da aplicação de provas, trabalhos presenciais ou virtuais, projetos orientados, experimentações práticas, entrevistas ou outros instrumentos, levando-se em conta o caráter progressivo dos instrumentos avaliativos ao longo do período letivo.

Art. 232. A sistemática da avaliação ocorrerá por todo o período letivo, não havendo etapas.

Art. 233. A avaliação deverá ser composta por no mínimo um exame presencial, atividades síncronas (chats, atividades presenciais, etc.) e assíncronas (fórum, atividades postadas, etc.)

O professor deve priorizar, em suas avaliações, atividades presenciais, de forma que, durante a carga horária a distância, deva ser priorizadas tarefas ou aulas complementares àquelas presenciais. Portanto, a avaliação a distância deve consistir em atividades complementares as atividades de cunho

presencial. As atividades a distância contabilizam presença dentro da carga horária da disciplina e a ausência nessas atividades constitui falta para efeitos de reprovação.

11.2. Recuperação da Aprendizagem

A recuperação, organizada com o objetivo de garantir o desenvolvimento mínimo que permita o prosseguimento de estudos, será estruturada de maneira a possibilitar a revisão de conteúdos não assimilados satisfatoriamente, bem como proporcionar a obtenção de notas que possibilitem sua promoção.

De acordo com a LDB 9.394/96 em seu Art. 12 “Os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência- Inciso V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; e ao Art. 13- Os docentes incumbir-se-ão de Inciso IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (BRASIL, 1996)

Conforme o Art. 234 da Seção III ROD (IFCE, 2017) “Nos cursos à distância, a recuperação da aprendizagem segue os mesmos princípios e concepção adotados no ensino presencial “

Nesse sentido, aos estudantes que, durante o período letivo, apresentarem desempenhos não satisfatórios será proporcionada a recuperação de aprendizagem atendendo ao disposto no Art. 114 do ROD e de acordo com a LDB Nº 9.394/96. Serão elaboradas pelo docente da disciplina, com auxílio da coordenação de curso e setor técnico pedagógico (STP), quando necessário, estratégias e formas de avaliação que busquem proporcionar maior rendimento discente, encerrando-se com a aplicação da avaliação final, conforme sistemática de avaliação estabelecida pelo ROD em seu art.100, parágrafos §1º ao §5º.

A aprovação ou reprovação no componente curricular será estimado pela média parcial e/ou média final e frequência. É condição para aprovação no componente curricular, frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, e média parcial igual ou superior a 6,0 (sete). Caso o discente apresente média parcial inferior a 6,0 (sete) e maior ou igual a 3,0 (três) poderá realizar a avaliação final.

12. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.

Conforme estabelecido pelo Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, o aluno tem a garantia de aproveitar disciplinas cursadas, a partir de uma avaliação que considera a compatibilidade do conteúdo e a duração, que deve ser de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total previsto para a disciplina. A solicitação de aproveitamento de cada disciplina só pode ser feita uma única vez, e apenas podem ser aproveitadas as disciplinas que foram cursadas no mesmo nível de ensino ou em nível mais alto do que o desejado. O aluno não terá permissão para aproveitar disciplinas nas quais ele tenha sido reprovado no IFCE.

O aluno pode pedir para aproveitar disciplinas, apresentando um pedido próprio juntamente com o histórico escolar e os programas de unidades didáticas e/ou ementas, autenticados pela instituição de origem. O conhecimento adquirido em experiências vividas fora do IFCE pode ser aproveitado através de uma avaliação para a certificação desses conhecimentos que coincidam com disciplinas do presente curso. Podem ser aproveitados os conhecimentos adquiridos:

- Em qualificações profissionais ou disciplinas de nível técnico concluídas em outros cursos;
- Em cursos de formação inicial e contínua para trabalhadores (cursos básicos antigos);
- Em atividades realizadas no trabalho (experiência profissional).

As solicitações de aproveitamento devem ser feitas através de um instrumento próprio, de acordo com as exigências e prazos determinados pela instituição - calendário acadêmico, editais etc., conforme estipulado pelo Regulamento da Organização Didática - ROD do IFCE.

13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

O IFCE, por meio de seus programas de ensino, extensão, pesquisa e inovação, propõe iniciativas destinadas a incentivar e auxiliar no desenvolvimento dos seus estudantes. No âmbito do ensino, o Programa de Monitoria, seja por bolsa ou participação voluntária, em colaboração com a Pró-reitoria de Ensino, tem o objetivo de aprimorar o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem em uma disciplina específica.

No campo da extensão, as iniciativas (que incluem programas, projetos, cursos e eventos) são desenvolvidas e registradas por seus coordenadores a qualquer momento na Pró-reitoria de Extensão, por meio da plataforma online SIGPROEXT. Essas iniciativas cobrem diversas áreas, tais como: comunicação, cultura, trabalho, saúde, educação, tecnologia e produção, direitos humanos e justiça, e meio ambiente. Importante destacar que os projetos de extensão visam conectar a comunidade acadêmica com a

comunidade externa, oferecendo uma formação que responde às necessidades educacionais e sociais reais da região.

A Pró-reitoria de Extensão, com o objetivo de incentivar a criação de projetos em várias áreas, disponibiliza bolsas para os estudantes por meio do Programa Institucional de Apoio a Projetos de Extensão - PAPEX.

No que diz respeito à pesquisa e inovação, destacam-se os seguintes programas de estímulo à pesquisa e inovação/produção tecnológica no ensino técnico de nível médio: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (Pibic Jr); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti); e o Programa Estudantes Voluntários em Pesquisa e Inovação (Pavi). Esses programas mencionados contribuem para a formação holística do indivíduo, tanto profissionalmente quanto socialmente, incentivando seu desenvolvimento em diferentes níveis educacionais.

14. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O monitoramento e a avaliação do curso serão realizados primordialmente pelo Colegiado do Curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas do campus Avançado Guaramiranga (conforme Portaria nº 1003/GAB-MPE/DG-MPE/MARANGUAPE, de 23 de fevereiro de 2023). Esse colegiado é composto pelo coordenador docente do curso, quatro professores do curso (sendo dois membros efetivos e dois substitutos), dois funcionários administrativos (um membro efetivo e um substituto).

A ação do colegiado incluirá reuniões regulares entre os membros para gerenciar e supervisionar as atividades do curso, bem como para acompanhar e avaliar indicadores de aprendizagem, políticas de melhoria para aumentar a eficiência do processo de ensino-aprendizagem e melhorar a infraestrutura do curso como um todo, além de acompanhar efetivamente os ex-alunos.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser revisto pelo menos uma vez ao ano, considerando a oferta e demanda demonstrada pelos estudantes, possíveis mudanças estruturais e pedagógicas, sempre com foco na qualidade didático-pedagógica do curso.

Além do trabalho feito pelo colegiado do curso, a avaliação do curso também ocorrerá por meio de avaliações realizadas pelos alunos, discussões nas reuniões de coordenação e reuniões gerais. Como a avaliação é um processo dinâmico, os resultados desses procedimentos devem ser utilizados para

implementar ações corretivas para minimizar possíveis impactos negativos detectados durante a execução do projeto. Nesse contexto, o Campus Avançado de Guaramiranga adota os seguintes instrumentos de avaliação:

- Avaliação Docente - realizada por meio de um questionário onde os alunos avaliam o desempenho dos professores em relação a vários aspectos, dando notas de 1 (um) a 5 (cinco) para critérios como pontualidade, assiduidade, domínio do conteúdo, estímulo à participação dos alunos, metodologia de ensino, relação professor-aluno e sistema de avaliação. Além disso, os alunos avaliam os pontos fortes e fracos dos professores e fornecem sugestões para melhorar o curso e a instituição. Os resultados são compartilhados com os professores para ajudar a melhorar as práticas de ensino e aprendizagem dos alunos.

- Avaliação Institucional - a Comissão Própria de Avaliação (CPA) realiza um diagnóstico das condições das instalações físicas, equipamentos, acervos e qualidade dos espaços de trabalho do Instituto e envia um relatório às autoridades competentes com as potencialidades e fragilidades da instituição, para conhecimento e possíveis soluções.

A Direção Geral, outros órgãos de gestão do Campus e a Coordenação do Curso fornecerão informações para as partes envolvidas no processo de avaliação do projeto do curso.

15. PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

Segundo a Resolução CONSUP/IFCE nº 11/2022, “a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras”.

A prática profissional supervisionada predominante prevista neste PPC ocorrerá durante a disciplina de Prática Profissional Supervisionada com carga horária de 40h, que faz parte da estrutura curricular do curso, devidamente cadastrada no Sistema Acadêmico com PUD específico com a descrição de atividades, metodologia e avaliação.

Uma vez que o campus do IFCE Guaramiranga conta com a estrutura de um Hotel Escola em suas dependências, as práticas profissionais supervisionadas serão, preferencialmente, realizadas nos quatro laboratórios do hotel:

- Laboratório de Reserva e Recepção (LARR)
- Laboratório de Governança (LAGOV)
- Laboratório de Cozinha e Restauração (LACORE)
- Laboratório de Eventos e Marketing (LABEM)

13. PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional (PE) é item obrigatório para a conclusão do curso e sua elaboração será regida de acordo com as orientações da RESOLUÇÃO No 7, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2022 em seus artigos 45 a 52.

O PE consistirá em uma simulação de situação profissional, onde o aluno deverá exercitar uma situação cotidiana relacionada ao agenciamento de informações turísticas. A apresentação individual do PE é obrigatória, podendo ser presencial ou a distância. Portanto, o discente deverá planejar uma situação onde os seus conhecimentos adquiridos ao longo do curso tornem-se executáveis em uma simulação e, posteriormente, essa simulação deve ser apresentada em modelo de relatório final específico fornecido pela coordenação do curso, o qual fará parte do acervo bibliográfico virtual da instituição.

A apresentação do PE deverá ser realizada dentro do prazo máximo de duração do curso, registrada em ata e atender às seguintes prescrições:

- I. o PE será apresentado oralmente, perante uma banca examinadora, constituída por três membros, presidida pelo professor orientador, que é membro nato;
- II. os demais membros da banca examinadora devem ser, preferencialmente, do IFCE, com formação específica na área ou áreas afins.
- III. na impossibilidade de o professor orientador participar da banca examinadora do PE, a presidência será exercida pelo coordenador do curso ou por outro professor designado por este;
- IV. no caso de impedimento da presença física de membros da banca examinadora, será permitida a utilização de recursos tecnológicos síncronos que possibilitem a sua participação remota;

Em caso de reprovação, o discente poderá requerer, mediante justificativa a ser analisada pelo colegiado do curso, nova apresentação de PE à coordenação do curso. A reapresentação do PE poderá ser requerida apenas uma única vez, cabendo a decisão ao colegiado do curso e ao orientador. A reapresentação do PE não poderá exceder, em um período letivo, o prazo máximo para a integralização do curso definido neste documento.

No desenvolvimento do PE, os discentes serão orientados pelos docentes vinculados ao curso de especialização técnica de nível médio que possuam, no mínimo, título de especialista. A coorientação poderá ser exercida pelos docentes vinculados ao curso de Especialização Técnica de Nível Médio que possuam, no mínimo, título de graduação. O orientador será indicado pelo coordenador do curso ou pelo colegiado e o tema do trabalho e sua metodologia deverão ser definidos em comum acordo entre discente e orientador e deverão ser apresentados previamente ao colegiado do curso, que deliberará especificamente para este fim.

14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS

Os discentes podem solicitar o aproveitamento de estudos de disciplinas realizadas em cursos similares ou superiores ao pretendido, desde que cursados nesta ou em outras instituições devidamente credenciadas. Fará jus ao aproveitamento a disciplina cursada que possua, no mínimo, setenta e cinco por cento do conteúdo e da carga horária da disciplina ofertada pelo curso de especialização técnica de nível médio do IFCE, segundo estabelecem os dispositivos legais que regem o tema.

A equivalência será feita por docentes ministrantes do curso, designados pela coordenação do curso, ficando descrita no histórico acadêmico como “aproveitamento”, no campo destinado ao lançamento de nota. O discente só poderá requerer o aproveitamento de, no máximo, vinte e cinco por cento do total dos componentes curriculares do curso de especialização técnica de nível médio no qual está matriculado. O discente poderá solicitar o aproveitamento de componentes curriculares em até trinta dias letivos após o início do período letivo, e a solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenação do curso.

14. EMISSÃO DE DIPLOMA

Fará jus ao diploma de **ESPECIALISTA TÉCNICO EM AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS**, segundo o artigo nº 167 da ROD do IFCE (IFCE, 2016), o estudante que tenha concluído com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz curricular obrigatória do curso, apresentadas neste documento. O produto educacional (PE) é item obrigatório para a conclusão do curso e, conseqüentemente, a expedição do certificado de especialista técnico de nível médio.

15. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do projeto do curso terá por finalidade orientar decisões que visem seu aprimoramento ao analisar as potencialidades e fragilidades do mesmo com vistas a atingir parâmetros de qualidade no processo educacional. Será realizada periodicamente pela Coordenação do Curso e pela equipe pedagógica

por meio de reuniões sistemáticas e eventuais ao longo da sua execução, e deverá observar as sugestões de toda a equipe responsável pela oferta do mesmo, além das críticas e sugestões dos discentes e dos parceiros envolvidos, considerando as condições de oferta do curso, os resultados da avaliação Institucional (CPA), as avaliações de desempenho docente feitas pelos estudantes e o posicionamento do mercado no tocante a colocação e demanda desse profissional. Constituirá objeto de avaliação permanente no curso a consecução dos objetivos propostos no projeto pedagógico, tendo em vista o perfil e as competências do egresso; as instalações e equipamentos disponibilizados a discentes e docentes; a adequação da formação dos docentes às disciplinas por eles ministradas; os índices de reprovação e evasão. A avaliação de desempenho docente será feita semestralmente pelos discentes e deverá contemplar todas as disciplinas. Será efetuada por intermédio de um questionário remetido aos discentes por meio do sistema acadêmico, solicitando que expressem suas percepções, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e autorrealização dos envolvidos no curso, e se necessário, propor mudanças no mesmo.

16. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente é uma ação extremamente importante, principalmente nos períodos iniciais, quando as dificuldades de adaptação às formas de ensino, falta de conhecimentos básicos, dificuldades de transporte e problemas financeiros contribuem para evasão. Além disso, o apoio discente visa oportunizar situações para que o aluno consiga integralizar seu curso sem dificuldades ofertando condições para realizar as atividades previstas.

Nesta perspectiva o IFCE - Campus Avançado Guaramiranga oferece ações de acompanhamento técnico-pedagógico, executado por Pedagoga, a qual é responsável por promover, em parceria com os diversos setores da Instituição, ações que visem garantir o êxito do processo de ensino-aprendizagem; propor e organizar acolhidas aos discentes, dinâmicas, ações de combates à evasão e mediação entre professor e aluno, quando necessário; acompanhamento de atividades extracurriculares no campus, promoção de palestras acerca de temas transversais, realizar atendimento de pais/responsáveis pelos alunos, dentre outras questões; acesso à internet por meio de rede sem fio disponibilizado para uso em seus *notebooks*, *tablets* e celulares, e também em por meio de computadores, dispostos no Laboratório

Informática; e acesso a biblioteca do campus, onde encontra exemplares de livros para estudos e ambiente para estudo.

Ainda a respeito do apoio ao discente a atuação da Coordenação do Curso junto aos estudantes visa ser ampla e impacta diretamente na melhoria dos índices de retenção e evasão no curso. A atuação compreende ações como atendimento individualizado e acompanhamento da vida acadêmica do corpo discente, orientando alunos sobre situações e atividades relacionadas ao curso, promovendo estratégias para melhoria da aprendizagem, etc. O atendimento individualizado ao aluno realizado pelos docentes também é uma importante ação de apoio ao discente.

A Coordenadoria de Controle Acadêmico também presta um relevante serviço de apoio ao discente sendo responsável por questões operacionais do Sistema Q-Acadêmico, realizando processos de matrícula, trancamento, consulta de situação de matrícula, emissão de declarações, histórico escolar, gerenciamento da documentação dos discentes etc. Todos os procedimentos são feitos de acordo com o Regulamento da Organização Didática.

19. CORPO DOCENTE

O quadro a seguir descreve o pessoal docente e suas respectivas formações, em quantitativo necessário para o funcionamento do Curso.

Tabela 1. Corpo docente necessário para funcionamento do curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas

PERFIL DOCENTE	
ÁREAS E SUBÁREAS	QUANTIDADE
LETRAS: Licenciatura em Letras com Habilitação em Português- Inglês	02
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO: Informática Básica	01
HOTELARIA: Hospedagem, Restaurante e Bar	03
ARTES: artes e música	01
ADMINISTRAÇÃO: Administração de Empresas	03
ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO: Segurança do Trabalho	01
TOTAL DE PROFESSORES	10

Tabela 2. Docentes do IFCE Campus Avançado de Guaramiranga - Formação e distribuição disciplinas do Currículo do Curso de Especialização Técnica em Agente de Informações Turísticas

DOCENTE	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DE ATUAÇÃO	VÍNCULO/RT	DISCIPLINAS
Amanda Conrado Pereira	Administração de Empresas	Mestre em Administração	Empreendedorismo e inovação	40h/DE	- Empreendedorismo e inovação
Beatriz Helena Peixoto Brandão	Bacharelado em Gastronomia Bacharelado em Direito	Doutora em Educação Brasileira	Gastronomia	40h/DE	- Aspectos turísticos culturais - Aspectos legais do guiamento
Bruna Maria Rodrigues de Freitas	Licenciatura em Geografia Tecnóloga em Hotelaria	Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.	Turismo, guiamento, hospitalidade e desenvolvimento sustentável.	40h/DE	- Técnicas de Lazer e Recreação. - Atrativos Turísticos Naturais
Francisca Flávia Plutarco dos Santos	Bacharelado em Administração	Doutora em Administração de Empresas.	Administração de empresas e empreendedorismo.	40h/DE	- Liderança e mediação
Jaciara de Barros Brasil	Licenciatura Letras Inglês	Mestre em Linguística Aplicada.	Inglês e comunicação.	40h/DE	- Comunicação e Oratória. - Inglês Aplicado ao turismo
Thiago Costa Holanda	Bacharel em Ciências Econômicas Tecnólogo em Hotelaria	Mestre em Logística e Pesquisa Operacional.	Turismo, hospitalidade, finanças e gestão.	40h/DE	- Fundamentos de Turismo, Hospitalidade e Lazer.
Eugênia Vale de Paula	Bacharelado em Administração	Mestre em Administração e Controladoria.	Administração de empresas e empreendedorismo.	40h/DE	- Ética e etiqueta profissional
José Nilton Rodrigues Silva	Turismólogo	Mestre em Turismo	Turismo, hospitalidade, finanças e gestão.	40h/DE	- Prática Profissional Supervisionada

20. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO (RELACIONADO AO CURSO)

O quadro a seguir descreve o corpo de servidores administrativos e suas respectivas funções, as quais são necessários ao funcionamento do Curso.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO	CARGO	MAIOR TITULAÇÃO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA
Ana Paula da Cruz Teixeira Freire	Auxiliar de Biblioteca	Graduação	Biblioteca
Antonio Werbster Soares do Nascimento	Técnico-administrativo	Graduação	Coordenação de Administração
Carlíane Mota Araújo	Auxiliar em Administração	Graduação	Coordenação de Controle Acadêmico
João Henrique de Araújo Sousa	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização	Tecnologia da Informação
Nágela Silva Rodrigues	Pedagoga	Especialização	Setor Técnico Pedagógico
Paulo Sérgio de Holanda Sousa	Técnico em Assuntos Educacionais	Graduação	Assuntos educacionais
Régia Sampaio Cunha	Técnica de Laboratório (área eventos)	Graduação	Laboratório área eventos

21. INFRAESTRUTURA

O IFCE Campus Avançado Guaramiranga tem área total que abrange 3,66 hectares, sendo que a área construída, onde estão os laboratórios e ambientes para formação básica/geral ocupam 2.200m², excetuando-se a área ocupada pela biblioteca. É importante frisar que esse equipamento educacional comporta o Hotel Escola IFCE Guaramiranga, único Hotel Escola da Rede e referência no Brasil, local de práticas profissionais para o eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Ressalta-se que a construção faz parte de uma área de proteção ambiental, onde o seu entorno é formado por resquício de vegetação da Mata Atlântica. A área externa é composta por um jardim extensivo a todo o prédio, com horta. O campus, junto ao equipamento do Hotel Escola IFCE Guaramiranga, dispõe: Sala da Direção; Sala que abrange: Coordenação de Ensino, Coordenação de Controle Acadêmico, Coordenação de Administração, Técnico em Tecnologia da Informação (TI), e Técnica em Eventos; Sala de Projetos de Extensão; 6 Salas de aula, no total (4 com capacidade para 30 alunos, e 2 com capacidade para 25, cada), um Laboratório de Informática (com capacidade para 15 alunos), Laboratório de manutenção de computadores e redes (container móvel cedido pelo Diretório de Educação à Distância), Laboratório de Cozinha Pedagógica (com capacidade de 30 alunos), Laboratório de Sala-Bar (com 40 lugares disponibilizados), Laboratório de Governança (desenvolvendo atividades em dois espaços: unidades habitacionais e na rouparia, comportando 50 alunos), Laboratório de Recepção e Reservas (representado pela recepção), e Laboratório de Eventos e Marketing (com capacidade de 15 alunos). Em 2019, o campus finalizou a construção de um bloco didático com três novas salas de aula e um novo laboratório de informática com capacidades para 30 e 15 alunos, respectivamente.

Há ainda uma sala para professores, contendo três gabinetes para uso individual por professores e uma mesa de convivência, além de armários individuais. É equipado com amplo auditório, que serve como Salão de Eventos, com capacidade para 144 pessoas. Existe ainda área de convivência com mesa de ping pong, sinuca e piscina.

A biblioteca do IFCE – Campus Guaramiranga funciona de manhã e tarde, com horário de funcionamento das 08:30 às 12 horas e das 13:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Aos usuários vinculados ao Campus e cadastrados na biblioteca, é concedido o empréstimo domiciliar automatizado de livros. As formas de empréstimo e outras informações sobre os produtos e serviços são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca. Dispõe de um ambiente com boa

iluminação, acessibilidade, serviço de referência, armários guarda-volumes e mesas para estudo. A biblioteca do Campus de Guaramiranga faz parte do sistema de biblioteca do IFCE e conta com um acervo de 1.260 títulos e 6.234 exemplares, todo informatizados.

23. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Câmara de Educação Básica. Resolução CBE nº 04, de 08 de dezembro de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_99.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 03 de fevereiro de 2005.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb001_05.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

. **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 27 de outubro de 2005.** Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb04_05.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.** Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/resolucao-n-2-de-15-de-dezembro-de-2020-294347656>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Ministério da Educação. **Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013.** Dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30539411/do1-2013-04-24-portaria-n-330-de-23-de-abril-de-2013-30539407>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Ministério de Estado do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002.** Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Disponível em: <<https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-coes-2/classificacao-brasileira-de-ocupacoes/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 06 jul. 2020.

. Presidência da República dos estados Unidos do Brasil. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional

primário e gratuito. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Presidência da República. **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13552.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Presidência da República. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CARVALHO, J.M. **Estudo de potencialidades de Caucaia e região**. Versão 2018. Caucaia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia campus Caucaia, 2018. 108p. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/caucaia/menu/ensino/documentos-pedagogicos/documentos-gerais/estudo-de-potencialidades-caucaia-2018.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

IBGE. **Panorama cidades: Caucaia**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/caucaia/panorama>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

IFCE. Caucaia. **Contatos**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/caucaia/menu/gestores>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

IFCE. Reitoria. **Contatos da Reitoria**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/contatos-da-reitoria>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

IFCE. PROEN. **Nota Técnica nº 001/2015/PROEXT/PROEN/IFCE**. Disponível em: <https://ifce.edu.br/proext/arquivos/nota-tecnica_2015_elaboracao-e-utilizacao-de-materiais-adaptado_s.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. PROEN. **Referenciais de atuação dos profissionais da Assistência Estudantil (Vol. 1)**. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia->

tudantil/publicacoes/referenciais-de-atuacao-dos-profissionais-da-ae.pdf>. Acesso em: 06 de jul. 2020.

. **PROEN. Regulamento da Organização Didática.** Disponível em: https://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/Rod_atualizado1.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022

IFCE. CONSUP. **Resolução nº 7, de 14 de fevereiro de 2022.** Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/resolucoes/2022/resolucao-7.pdf>. Acesso em: 01 de fev. de 2022.

IFCE. CONSUP. **Resolução nº 099, de 27 de setembro de 2017.** Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/resolucoes/2017/099-17-aprova-o-manual-de-elaboracao-de-projetos-pedagogicos-de-cursos-do-ifce.pdf/@download/file/099-17%20-%20Aprova%20o%20Manual%20de%20Elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Projetos%20Pedag%C3%B3gicos%20de%20Cursos%20do%20IFCE.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2023.

IFCE. CONSUP. **Resolução nº 11, de 21 de fevereiro de 2022.** Disponível em: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/central-de-conteudos/atos-normativos/tipo/resolucoes/resolucao-no-11-2022>. Acesso em: 01 de março de 2022.

IFCE. CONSUP. **Resolução nº 012, de 16 de maio de 2013.** Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/arquivos/resolucao_no-012-2013_alteracao-do-regimento-cpa.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2020.

. CONSUP. **Resolução Nº 050, de 14 de dezembro de 2015.** Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proext/ acessibilidade/arquivos/resolucao-no-050-2015-napne.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

. CONSUP. **Resolução nº 071, de 31 de julho de 2017.** Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proext/ acessibilidade/arquivos/071-17-aprova-o-regimento-interno-neabi.pdf>>. Acesso em: 06 de jul. 2020.

. CONSUP. **Resolução nº 75, de 13 de agosto de 2018.** Disponível em: <https://gestaoproen.ifce.edu.br/attachments/download/12538/2018-075.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

. CONSUP. **Resolução nº 100, de 27 de setembro de 2017.** Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proen/acoesogramas/AprovaoRegulamentoparaCriaoSuspensodeOfertadeNovasTurmasReaberturaeExtinodeCursosdoIFCE.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

. CONSUP. **Resolução nº 100, de 04 de dezembro de 2019.** Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proext/arquivos/resolucao-no-100.pdf>>. Acesso em: 06 de jul. 2020.

IFCE. **Missão, Visão e Valores.** Disponível em: <<https://ifce.edu.br/ifce/acesso-a-informacao/Institucional/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Logística do campus Caucaia.** Caucaia, 2017.

. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Engenharia de Produção do campus Caucaia.** Caucaia, 2019.

. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Informática Concomitante ao Ensino Médio do Campus Fortaleza.** Fortaleza, 2017.

. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Administração do Campus Baturité.** Baturité, 2016.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática para Internet na forma articulada concomitante, na modalidade a distância do Campus EAD.** Natal, 2017.

. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração, na forma Subsequente, modalidade presencial IFRN,** 2011.

. **Regulamentação da Prática Profissional Discente (Aprovada pela Resolução nº 13/2015-CONSUP, de 12/06/2015).** Natal, 2015.

24. ANEXOS DO PPC

24.1. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - PUD

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÉCNICAS DE LAZER E RECREAÇÃO	
Código: CAIT01	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 10 HS CH Prática: 10HS CH Presencial: 16HS CH a Distância: 4HS
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH Prática Profissional Supervisionada:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível: Especialização Técnica	
EMENTA	
Promover a compreensão de conceitos ligados à ludicidade e seu papel no desenvolvimento humano a partir de reflexões e vivências teórico práticas.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos básicos que envolvem o lazer e a recreação. - Compreender os diferentes tipos de atividades lúdicas aplicáveis a diversas situações e objetivos. - Descrever e realizar atividades lúdicas que são adequadas para as diferentes faixas etárias 	

PROGRAMA
Recreação e lazer no contexto do Guiamento. Conteúdos culturais do lazer. Espaços e equipamentos de recreação e lazer (EAD). Obstáculos para a recreação e o lazer (EAD). Formação profissional e mercado de trabalho relacionados à recreação e ao lazer. Planejamento, organização, execução e avaliação de atividades, programas e eventos de recreação e lazer. Tipos, características e finalidades de eventos de recreação e lazer. Etapas para a elaboração de projetos de recreação e lazer. Criatividade em eventos de recreação e lazer.
METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição em sala de aula pelo professor; - Discussão em grupos sobre casos reais; - Realização de pesquisas de campo; - Apresentação de material audiovisual relacionado aos assuntos trabalhados; - Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Computador; - Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Datashow; - Slides; - Quadro branco;
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos - Tarefas em classe e de casa - Provas escritas. - Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. - As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>DIAS, Cleber; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Organização de Atividades de Lazer e Recreação. São Paulo: Érica, 2014.</p> <p>MARCELINO, Nelson Carvalho (org). Lazer e Recreação: Repertório de atividades por fases da vida. Campinas, SP: Papyrus, 2013.</p> <p>RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Lazer e Recreação. São Paulo: Érica, 2014.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AWAD, Hani. Brinque, jogue, cante e encante com a Recreação. São Paulo: Fontoura, 2011

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos: O Jogo e o Esporte como Exercício de Convivência. 3 ed. Santos: Projeto Cooperação, 2001.

GONÇALVES, Patrick, S. et al. Recreação e lazer. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

LOPES, Carolina Gontijo; BRUSTOLIN, Gisela Maria. Técnicas e Práticas de Lazer. São Paulo: Érica, 2014

TAKATSU, Mayra M. Jogos de Recreação. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2015.

COORDENADOR DO CURSO

SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: SEGURANÇA E PRIMEIROS SOCORROS	
Código: CAIT02	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 16 h s CH Prática: 4hs CH Presencial: 16HS CH a Distância: 4HS
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH Prática Profissional Supervisionada:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Manobra e técnica de socorros. Métodos de prevenção e procedimentos de urgência e emergência relacionados às práticas corporais. Entender os tipos mais comuns de primeiros socorros relacionados a guiamento turístico.	
OBJETIVO	
- Reconhecer as urgências e emergências no atendimento pré-hospitalar básico, identificando o atendimento mais adequado nas situações de risco.	
PROGRAMA	
Conceitos básicos de primeiros socorros (EAD). O sistema de assistência às emergências (EAD). Equipamentos básicos usados em primeiros socorros e biossegurança. Sinais vitais e sinais diagnósticos. Avaliação geral de pacientes. Princípios de reanimação. Controle de hemorragias e choque. Tratamento de ferimentos. Fraturas, luxações e entorses. Manipulação e transporte de pessoas. Emergências médicas. Emergências pediátricas.	

Pacientes com necessidades especiais. Pessoas cegas, surdas ou de língua estrangeira.
METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição em sala de aula pelo professor; - Discussão em grupos sobre casos reais; - Realização de pesquisas de campo; - Apresentação de material audiovisual relacionado aos assuntos trabalhados; - Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. - As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina. - Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Computador; - Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Datashow; - Slides; - Quadro branco;
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos - Tarefas em classe e de casa - Provas escritas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>ATLAS. Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 75ª ed. São Paulo. Atlas. 2015. LOMBA, Marcos; LOMBA, André. Curso SBVT- Suporte Básico à Vida no Trauma. 3ª ed. Olinda: Grupo Universo, 2009; VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. Primeiros Socorros: um guia prático. São Paulo: Claroenigma, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do Trabalho & Gestão Ambiental. 4ªed. São Paulo. Atlas. 2011</p> <p>BINDER, Maria Cecília Pereira, ALMEIDA, Ildeberto Muniz de. MONTEAU, Michel. Árvore de Causas, Método de investigação de Acidentes do Trabalho. 4ª ed. São Paulo: Limiar. 2000.</p>

GONCALVES, Edwar Abreu. Manual de Segurança e Saúde no Trabalho. 5ª ed. São Paulo: LTR, 2011.

HAUBERT, Marcio. Primeiros socorros. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

KARREN, Keith J. Primeiros socorros para estudantes 10a ed.. Disponível em: Minha Biblioteca, (10th edição). Editora Manole, 2013.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Inglês Aplicado ao Turismo	
Código: CAIT03	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 16 h s CH Prática: 4hs CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH Prática Profissional Supervisionada:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Introdução e desenvolvimento de habilidades comunicativas voltadas para utilização da língua inglesa em situações profissionais na área turística.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver noções básicas de inglês, visando compreensão e produção de mensagens escritas e orais para atender às demandas dos clientes de forma objetiva e cordial; ● Desenvolver habilidades para trabalhar com noções financeiras básicas; ● Desenvolver habilidades básicas para sanar dúvidas comuns no setor turístico; ● Apresentar as principais informações referentes à região em que atua. 	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> ● Alfabeto e Soletração ● Cumprimentos e Saudações 	

- Informações Pessoais - Perguntas e Respostas
- Países
- Locais da Cidade
- Perguntas e Respostas comuns em contexto turístico (EAD)
- Eventos e Atividades Turísticas/Lazer
- Noções Financeiras
- Serviços de Apoio ao Turista
- Agradecimentos e Reclamações

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Aulas práticas (simulações de situações comuns ao setor turístico);
- Resolução de exercícios voltados para as habilidades desenvolvidas;
- Produção de gêneros textuais voltados para divulgação do turismo em contextos específicos.
- Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.

RECURSOS

- Computador;
- Ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Datashow;
- Slides;
- Quadro branco.

AVALIAÇÃO

- Avaliação gradual e contínua;
- Comprometimento e participação ativa do aluno;
- Desempenho nas atividades práticas e resolução de exercícios;
- Assiduidade e pontualidade às aulas.
- Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras.
- As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIARO, Tania de. Inglês para hotelaria: para profissionais das áreas de hospedagem de hotéis e pousadas. Barueri, SP: Disal, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **English for tourism students**. São Paulo: Roca, 2001.

OXEDEN, C. LATHAM-KOENIG, C. SELIGSON, P. New English File: Elementary Student's Book, Oxford: Oxford University Press, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DICIONÁRIO **Oxford escolar**: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês português. New York: Oxford University Press, 2009.

EASTWOOD, John. **Oxford learner's grammar**: grammar builder. New York: Oxford University Press, 2006.

MURPHY, Raymond. **English grammar in use**. 4. ed. Cambridge University Press, 2012.

MURPHY, Raymond; SMALZER, William R. **Grammar in use intermediate**: reference and practice for students of North American english. 3. ed. New York: Cambridge University Press, 2009.

SILVA, Dayse C., F. et al. **Fundamentos de inglês**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	
Código: CAIT04	
Carga Horária Total: 20h	CH Teórica: 10 h s CH Prática: 10hs CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível: Especialização Técnica	
EMENTA	
Compreender a evolução histórica das atividades relacionadas ao turismo e hospitalidade, bem como o contexto histórico do seu surgimento e as influências sobre o desenvolvimento contemporâneo das mesmas.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de Turismo, Lazer e Hospitalidade; - Entender o Turismo uma atividade atrelada ao setor de serviços; - Estudar as diferentes formas de se classificar o Turismo. 	
PROGRAMA	
Aspectos históricos e evolução do lazer e do Turismo. Conceitos Básicos em Turismo (EAD). Importância socioeconômica e ambiental do turismo (EAD). A Potencialidade turística regional. Hospitalidade na atividade turística. Planejamento e organização de atividades recreativas para serem desenvolvidas em diferentes Meios de Hospedagem e excursões	

<p>turísticas.</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas utilizando os seguintes recursos didáticos: quadro branco, pincel atômico, software para exibição de slides em computador com TV ou projetor de vídeo; - Aplicação e resolução de listas de exercícios; - Simulação de atividades recreativas. - Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
<p>RECURSOS</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Computador; - Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Datashow; - Slides; - Quadro branco;
<p>AVALIAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos - Tarefas em classe e de casa - Provas escritas. - Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. - As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>ANDRADE, José Vicente. Fundamentos e dimensões. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2002. DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Lazer e Recreação. Editora Érica, 2014.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>DIAS, Célia Maria de Moraes (org.). Hospitalidade: reflexões e perspectivas. São Paulo: Manole, 2002.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo. São Paulo: Atlas, 2011.</p>

RUSCHMANN, Karina Toledo Solha Doris Van de M. Turismo: uma visão empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2004.

SERPA, Esmeralda, M. et al. TURISMO, PATRIMÔNIO E REGIONALIZAÇÃO. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2019.

TRIGO, Luiz G.G. Turismo Básico. 8ªed. São Paulo: Senac, 2016.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA	
Código: CAIT05	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 18hs CH Prática: 2hs CH Presencial: 16hs CH a Distância: 2hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Componentes essenciais da comunicação, estilo, organização do pensamento e desenvolvimento da capacidade de expressão oral e escrita.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a língua portuguesa como veículo de participação social e geradora de significação. - Conceber o ensino da gramática entendendo-a como um instrumento indispensável no processo de produção e recepção de texto - Ler e interpretar diferentes gêneros de textos associando-os às sequências discursivas literárias, jornalísticas, técnico-científicos, instrucionais, publicitárias, e outras. 	
PROGRAMA	
Discurso e Texto: O discurso acadêmico e seus textos formalizadores (artigo, resenha, resumo etc). Texto: Coesão e Coerência (EAD). Leitura: movimentos de expansão e redução da informação (EAD). Elementos da	

<p>comunicação interpessoal. A persuasão como arte de convencer. Oratória e comunicação oral. Ruídos da comunicação. A palavra como dorso do raciocínio. Técnicas de retórica.</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição em sala de aula pelo professor; - Discussão em grupos sobre casos reais; - Realização de pesquisas de campo; - Apresentação de material audiovisual relacionado aos assuntos trabalhados;
<p>RECURSOS</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Computador; - Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Datashow; - Slides; - Quadro branco; - Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
<p>AVALIAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos - Tarefas em classe e de casa - Provas escritas. - Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. - As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática portuguesa. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.</p> <p>GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 17.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.</p> <p>KOCH, I. G. V. Argumentação e linguagem. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>ANDRADE, M. M. de; HENRIQUES, A. Língua Portuguesa: Noções básicas para cursos superiores. 9.ed São Paulo: Atlas, 2010.</p>

AQUINO, R. Interpretação de textos: teoria e 815 exercícios. São Paulo: Impetus, 2012.

FERREIRA, Luiz A. Artimanhas do dizer: retórica, oratória e eloquência. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Blucher, 2017.

PENTEADO, J. R. W. A Técnica da Comunicação Humana. Disponível em: Minha Biblioteca, (14th edição). Cengage Learning Brasil, 2012. Atrativos turísticos Naturais

POLITO, R. Como falar corretamente e sem inibições. 111. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Atrativos turísticos Naturais	
Código: CAIT06	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 1 8 h s CH Prática: 2hs CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
- Concepções sobre natureza. Paisagem. Meio Ambiente. Segmentos turísticos de base comunitária e Desenvolvimento Sustentável. Potencialidades Turísticas Regionais e Locais.	
OBJETIVO	
- Conhecer os aspectos naturais para entender a natureza como produto turístico de forma sustentável.	
PROGRAMA	
- Elementos da natureza (EAD). Concepção sobre paisagem e tipologias. Meio ambiente e seus impactos (EAD). Quais os segmentos turísticos de base ambiental. O Desenvolvimento Sustentável e a aplicabilidade na atividade turística. A natureza como potencialidade turística.	
METODOLOGIA DE ENSINO	

- Exposição em sala de aula pelo professor;
- Discussão em grupos sobre casos reais;
- Realização de pesquisas de campo pelos alunos para apresentação de seminário;
- Apresentação de material audiovisual relacionado aos assuntos trabalhados;
- Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.

RECURSOS

- Computador;
- Ambiente virtual de aprendizagem (AVA)
- Datashow;
- Slides;
- Quadro branco;

AVALIAÇÃO

- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas.
- Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras.
- As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

YÁZIGI, E. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LRVING, M. de A. CALABRE, L. BARTHOLO, Roberto. (ORG.) Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

MULLER, Renato Planejamento e organização do turismo / Renato Müller e Rodrigo Borsatto Sommer da Silva. Indaial : Uniasselvi, 2011. 212 p.

OMT. Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: uma compilação de boas práticas. São Paulo: roca, 2004.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. Fundamentos geográficos do turismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ATRATIVOS TURÍSTICOS CULTURAIS	
Código: CAIT07	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 18 h s CH Prática: 2hs CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Concepções sobre cultura. Cultura popular. Artesanato, arte e folclore. Manifestações culturais e turismo. Políticas culturais e diversidade cultural. Formas de manifestação cultural.	
OBJETIVO	
- Conhecer os aspectos culturais imateriais, desenvolvendo habilidades para interpretá-los, dando a estes valores de atrativos turísticos.	
PROGRAMA	
DEFINIÇÕES EM ATRATIVOS CULTURAIS. Cultura e atratividade turística dos lugares (EAD). Delimitações na abrangência do conceito de atrativo cultural (EAD). Tipos e categorias de atrativos culturais. Turismo e Cultura Popular. Patrimônio cultural (material e imaterial). Turismo Cultural. Folclore. Literatura oral e escrita. Música e dança. Festas e folguedos populares.	

METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição em sala de aula pelo professor; - Discussão em grupos sobre casos reais; - Realização de pesquisas de campo; - Apresentação de material audiovisual relacionado aos assuntos trabalhados; - Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> - Computador; - Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Datashow; - Slides; - Quadro branco;
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> - Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos - Tarefas em classe e de casa - Provas escritas. - Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. - As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>AIREY, D.; TRIBE, J. Educação internacional em turismo. São Paulo: Editora SENAC, 2008.</p> <p>BRANDÃO, C. R. Que é educação. 33. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.</p> <p>REGO, T. C. Vygotsky uma perspectiva histórico cultural da educação. 12. Ed. São Paulo: Vozes, 2001.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>BARBOSA, A. M; COUTINHO, R. G. Arte-educação como mediação cultural e social. São Paulo: Ed. A pagina, 2009.</p> <p>MARINO, G.; CENDALES, L. Educação não formal e educação popular: para uma pedagogia do diálogo cultural. São Paulo: ED. Loyola, 2010.</p> <p>MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Org.) Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed.</p>

UFMG Território Brasília, 2002.

PORTUGUEZ, A. P. (Org.) Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004.

RAMAL, A. (Org.) Currículos, teorias e práticas. São Paulo: LTC, 2012.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ASPECTOS LEGAIS DO GUIAMENTO	
Código: CAIT08	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 20 h s CH Prática: CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH Prática Profissional Supervisionada:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível: Especialização Técnica	
EMENTA	
Compreender as diversas leis ligadas à prática do turismo e à organização legal da atividade no Brasil, com vistas a balizar juridicamente a prática do guia de turismo.	
OBJETIVO	
a) conhecer os aspectos práticos que regem a normatização atinente às atividades de guiamento turístico no Brasil e os aspectos práticos destas aplicações; b) possuir capacidade de aplicar seus conhecimentos de modo que adequem a prática profissional ao ordenamento jurídico vigente; c) conhecer os princípios de Direitos Humanos e suas relações com o turismo.	
PROGRAMA	
O turismo e a Constituição Federal de 1988. A Política Nacional de Turismo (EAD). A Lei nº 6.505/1977. Direito de Trabalho: princípios básicos (contratação e demissão, férias, seguro-desemprego, jornada de trabalho,	

<p>segurança do trabalho). Direito Ambiental: princípios fundamentais (a política nacional do meio ambiente, turismo como atividade impactante). Direito do Consumidor (atrasos na viagem, cancelamento da viagem, venda enganosa, problemas no hotel, problemas de transporte). Direitos Humanos e suas relações com o Turismo.</p>
<p>METODOLOGIA DE ENSINO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição em sala de aula pelo professor; - Discussão em grupos sobre casos reais; - Realização de pesquisas de campo; - Apresentação de material audiovisual relacionado aos assuntos trabalhados; - Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
<p>RECURSOS</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Computador; - Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) - Datashow; - Slides; - Quadro branco;
<p>AVALIAÇÃO</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos - Tarefas em classe e de casa - Provas escritas. - Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. - As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>
<p>FERRAZ, Joandre Antonio. O regime jurídico do turismo. Campinas: Papyrus, 1992</p> <p>OLIVEIRA, F. A. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 4. ed. São Paulo: LTr, 2013.</p> <p>PAIVA, R. A. M. Direito, turismo e consumo. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>
<p>NETO, M. D. Manual de direito aplicado ao consumidor. São Paulo: Papyrus, 2004.</p> <p>MAMEDE, Gladston. Direito do Turismo: legislação específica aplicada. São Paulo: Atlas, 2001.</p>

MARINEZ, Regina, C. e José Ailton Garcia. Direito e turismo. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

PINTO, Antônio Carlos Brasil. Turismo e Meio Ambiente: Aspectos Jurídicos. Campinas: Papirus, 1998 (Coleção Turismo).

SILVA, L. P. L. L. A responsabilidade nos contratos de turismo em face ao código de defesa do consumidor. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Liderança e mediação	
Código: CAIT09	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 20 h s CH Prática: CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH PPS:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
<p>Análise e reflexão de modo crítico dos processos de negociação e mediação de conflitos, focando aspectos éticos, morais, culturais e inter-relacionais, em ambientes de trabalho em conjunto e atendimento direto ao cliente.</p> <p>Estudo sobre Relações, comunicação e necessidades Interpessoais no trabalho relacionando direitos humanos e diversidades.</p>	
OBJETIVO	
Desenvolver compreensão teórica e prática sobre o comportamento humano no ambiente de trabalho, priorizando a capacidade de lidar com conflitos e questões relevantes para um bom relacionamento interpessoal.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> ● Definição de Liderança, tipos de liderança; (EAD) ● Comportamento organizacional; 	

- Tipos de Conflitos;
- Perfil de um mediador;
- Habilidades de resolução dos conflitos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Metodologias ativas de ensino-aprendizagem;
- Estudos dirigidos;
- Simulações de problematização.
- Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.

RECURSOS

- Computador;
- Ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Projetor;;
- Slides;
- Quadro branco.

AVALIAÇÃO

- Avaliação gradual e contínua;
- Comprometimento e participação ativa do aluno;
- Desempenho nas atividades práticas e resolução de exercícios;
- Avaliações teóricas;
- Assiduidade e pontualidade às aulas.
- Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras.
- As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRIVELO, Rafael . Dinâmica das relações interpessoais. Campinas;Editora Alínea: 2010/2º edição.

MINICUCCI, Agostinho. Relações humanas: Psicologia das relações interpessoais. São Paula; editora Atlas: 2015/ 6º edição

Schein, Edgar H. Cultura Organizacional e Liderança. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRILLO, João, e Jaap Boonstra. Liderança e Cultura Organizacional para Inovação. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2019.

DRUMMOND, Virgínia S. Confiança e Liderança nas Organizações. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.

MACKEY, John, et al. Liderança Consciente. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2021.

KUAZAQUI, Edmir. Liderança e Criatividade em Negócios. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.

ROSSI, Jéssica de, C. et al. Desenvolvimento Gerencial e Liderança. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2021.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Ética e Etiqueta Profissional	
Código: CAIT10	
Carga Horária Total: 20h	CH Teórica: 18 h s CH Prática: 2hs CH Presencial: 16hs CH a Distância: 2hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH PPS:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Introdução aos conceitos de ética e desenvolvimento de conhecimentos para o pensar ético e cidadão. A ética e a empresa nas relações profissionais.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer o conceito de ética; ● Desenvolver o pensar reflexivo quanto a ética e as relações; ● Discutir o papel profissional e ético do trabalhador nas relações profissionais. 	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> ● Conceitos iniciais da ética e fundamentos históricos; (EAD) ● Ética e moral; ● Ética, as leis e a cidadania; ● Ética nas empresas. A interação entre as pessoas e o trabalho. 	

- Etiqueta profissional.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivo-dialogadas;
- Aulas práticas (simulações de situações comuns ao setor turístico).
- Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.

RECURSOS

- Computador;
- Ambiente virtual de aprendizagem (AVA);
- Datashow;
- Slides;
- Quadro branco.

AVALIAÇÃO

- Avaliação gradual e contínua;
- Comprometimento e participação ativa do aluno;
- Desempenho nas atividades práticas e resolução de exercícios;
- Assiduidade e pontualidade às aulas.
- Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras.
- As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, M. S. C.; ALVES, O. F. Governança, gestão responsável e ética nos negócios. Curitiba: Editora Inter Saberes, 2017

LUKOWER, Ana; Cerimonial e protocolo. São Paulo: Ed. Contexto, 2015. 4ª edição

BENNETT, Carole. Etiqueta nos Negócios. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARSANO, Paulo R. Ética Profissional. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

EGGER-MOELLWALD, Lícia, A. e Duncan Egger-Moellwald. Etiqueta, Cerimonial e Protocolo. Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2014.

YANES, Adriana F. Cerimonial, Protocolo e Etiqueta em Eventos. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2014.

RACHID, Alysson. Dominando ética. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Editora Saraiva, 2022.

SROUR, Robert. Ética Empresarial. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo GEN, 2017.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Empreendedorismo e inovação	
Código: CAIT11	
Carga Horária Total: 20h	CH Teórica: 20 h s CH Prática: CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH PPS:
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Introdução e desenvolvimento de conhecimentos de gestão para o estudo de mercado e para o conhecimento das tendências da área turística.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer a teoria sobre empreendedorismo e inovação; ● Conhecer algumas ferramentas que auxiliem ao empreender; ● Discutir inovações na área e habilidades básicas para o setor turístico. 	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> ● Unidade I - Empreendedorismo e inovação - Conceitos e reflexões (EAD) ● Unidade II - Empreender na prática 	

METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> ● Aulas expositivo-dialogadas; ● Aulas práticas (simulações de situações comuns ao setor turístico). ● Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Computador; ● Ambiente virtual de aprendizagem (AVA); ● Datashow; ● Slides; ● Quadro branco.
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação gradual e contínua; ● Comprometimento e participação ativa do aluno; ● Desempenho nas atividades práticas e resolução de exercícios; ● Assiduidade e pontualidade às aulas. ● Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras. ● As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia : um aprendizado constante. Campus : 2014 SEBRAE</p> <p>BIAGIO, Luiz A. Empreendedorismo: Construindo seu Projeto de Vida. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012.</p> <p>HISRICH, Robert, D. et al. Empreendedorismo. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo A, 2014.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>CAETANO, Rodrigo, e Pedro Paro. Empreendedorismo Consciente. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2020.</p> <p>BESSANT, John, e Joe Tidd. Inovação e empreendedorismo. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo A, 2019.</p> <p>DORNELAS, José. Empreendedorismo Corporativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (5th edição). Grupo</p>

GEN, 2023.

GALLI, Adriana, V. e Giancarlo Giacomelli. Empreendedorismo. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Grupo A, 2017.

SILVA, Ricardo, S. et al. Empreendedorismo social. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO

COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM AGENTE DE
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Tecnologia da Informação e Comunicação	
Código: CAIT12	
Carga Horária Total: 20hs	CH Teórica: 20 h s CH Prática: CH Presencial: 16hs CH a Distância: 4hs
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	
Número de Créditos: 2hs	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível:	
EMENTA	
Uso de computadores pessoais, internet, sistemas operacionais, ferramentas de escritório e internet, comunicadores, armazenamento e colaboração em nuvem.	
OBJETIVO	
<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar aspectos relativos a sistemas de informação e computadores; - Compreender a função uso de um sistema operacional; - Entender e utilizar ferramentas de colaboração e armazenamento em nuvem bem como meios eletrônicos de comunicação. 	
PROGRAMA	
UNIDADE I - Computador e Sistemas Operacionais <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos em Tecnologia da Informação e Comunicação 	

- Conceitos fundamentais da Internet (EAD)
- Estrutura de um computador incluindo o uso dos principais periféricos
- Sistemas operacionais Windows e/ou Linux

UNIDADE II - Aplicações

- Editor de Texto
- Editor de Planilhas
- Editor de apresentações
- Ferramenta de armazenamento em nuvem e colaboração
- Formas de comunicação: email / fórum de discussão / comunicador

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas em quadro branco ou projeção de apresentações multimídia.

Aulas práticas em laboratório utilizando aplicativos voltados para os objetivos.

Seminários organizados na disciplina.

Aulas práticas serão realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis no Hotel Escola IFCE. O componente prático também poderá ser desenvolvido a distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.

RECURSOS

Quadro branco, computador, projetor multimídia, aplicativos.

AVALIAÇÃO

Avaliações escritas e práticas.

Trabalhos (listas de exercícios, apresentações, seminários) individuais ou em grupo

Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como Fóruns, Tarefas, entre outras.

As atividades práticas poderão ser avaliadas presencialmente ou por meio das atividades a distância e será realizada pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VELOSO, F. C. **Informática: Conceitos Básicos**. 10ª Edição, Elsevier, 2017.

ARAUJO, P. S.. **WORD 2013 – Inovação na criação e Edição de documentos**. 1º Ed.: Viena. 2013.

MANZANO, J. A. N. **Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2013**. Ed. Erica. 2013 .

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORNACHIONE JÚNIOR, Edgard Bruno. *Informática: para as áreas de contabilidade, administração e economia*. São Paulo: Atlas, 1993.

65 uu

CORNACHIONE JÚNIOR, Edgard Bruno. *Informática: para as áreas de contabilidade, administração e economia*. São Paulo: Atlas, 1993.

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. *Informática básica*. 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.

MARÇULA, M., BENINI FILHO, P. A. *Informática - Conceitos e Aplicações*. 5ª ed., Ed. Érica, 2019.

BROOKSHEAR, J. Glenn. *Ciência da computação: uma visão abrangente*. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

COORDENADOR DO CURSO

SETOR PEDAGÓGICO

**COORDENAÇÃO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA
AGENTE EM INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA	
Código: CAIT13	
Carga Horária Total: 40hs	CH Teórica: - CH Prática: 40HS CH Presencial: 32h CH a Distância: 8HS
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	CH Prática Profissional Supervisionada: 40ha
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos: -	
Semestre: -	
Nível: -	
EMENTA	
Agenciamento de informações turísticas com foco em hospedagem (reservas, recepção, governança, alimentos e bebidas, eventos e marketing).	
OBJETIVO	
Vivência da realidade do trabalho de um agente de informações turística, com foco nas atividades realizadas em meios de hospedagem. Oferecimento de condições de observação, análise, reflexão e prática, de forma integrada, dos conhecimentos adquiridos no curso, possibilitando também o exercício da ética profissional, o intercâmbio de informações e experiências concretas para a preparação para o efetivo exercício da profissão.	
PROGRAMA	
<ul style="list-style-type: none"> ● Roteiros e guias de informações turísticas: elaboração e execução; ● Informações turísticas em meios de hospedagem: aplicação aos macrosetores; ● Práticas nos laboratórios do Hotel Escola. 	

METODOLOGIA DE ENSINO
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas práticas realizadas com a inserção do discente dentro da realidade do próprio campus, por meio da exploração dos equipamentos disponíveis nos laboratórios do Hotel Escola IFCE; • Orientação para atuação do discente como profissional da área de acordo com o contexto de prática profissional; • Parte do componente prático também poderá ser desenvolvido à distância, utilizando como apoio as ferramentas disponibilizadas pelo AVA.
RECURSOS
<ul style="list-style-type: none"> • Computador; • Ambiente virtual de aprendizagem (AVA); • Datashow; • Slides; • Quadro branco.
AVALIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • As atividades práticas serão avaliadas pelo professor, levando em consideração os aspectos contextuais e teóricos da disciplina, além dos procedimentos de cada laboratório do Hotel Escola; • Os alunos serão avaliados de acordo com os procedimentos operacionais padrões de cada laboratório do Hotel Escola; • Avaliação das atividades a distância se dará por meio das ferramentas disponibilizadas pelo AVA, tais como fóruns, tarefas, entre outras.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>BENI, Mario C. Turismo: Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Redes de Produção e Clusters. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2012.</p> <p>BIANCHI, Anna Cecilia de, M. et al. Orientação para Estágio em Turismo: trabalhos, projetos e monografias. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Cengage Learning Brasil, 2012.</p> <p>RUSCHMANN, Doris Van de, M. e Carlos Alberto Tomelin. Turismo, Ensino e Práticas Interdisciplinares. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2013.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>CÂNDIDO, Índio; Viera Elenara. Glossário técnico gastronômico hoteleiro e turístico. Caxias do Sul: Educus, 2000.</p> <p>CAVALCANTE, William Quezado de Figueiredo (Org.). Marketing e Gastronomia: estratégias para turismo e hotelaria. Fortaleza: IFCE, 2017.</p>

DAVIES, Carlos Alberto. Cargos em hotelaria. 4. Ed. Caxias do Sul/RS: Educ, 2010.

TENAN, Ilka Paulete Svissero. Eventos. São Paulo (SP) : Aleph, 2002.

TORRE, Francisco. Administração hoteleira: parte I – departamentos. São Paulo: Roca, 2001.

COORDENADOR DO CURSO	SETOR PEDAGÓGICO